



---

**PUNKS, SAPATONAS<sup>i</sup> E WELFARE QUEENS<sup>ii</sup>  
O POTENCIAL RADICAL DA POLÍTICA QUEER?**

---

**PUNKS, BULLDAGGERS AND WELFARE QUEENS  
THE RADICAL POTENTIAL OF QUEER POLITICS?**

---

**PUNKS, MARIMACHAS Y WELFARE QUEENS  
¿EL POTENCIAL RADICAL DE LA POLÍTICA QUEER?**

---

Cathy Cohen<sup>2</sup>  
Valeria Lima de Almeida<sup>3</sup>

**RESUMO**

Trata-se de uma tradução do artigo "Punks, bulldaggers e welfare queens - the radical potential of queer politics?", da cientista política estadunidense Cathy Cohen. O artigo problematiza a abordagem de "opressão única" da teoria queer, apontando os limites na pauta política queer centrada nos direitos civis tendo em vista que, ao não incorporar às análises e estratégias o papel das opressões de raça, classe e gênero, acaba reforçando dicotomias entre heterossexualidade e queeridade ao invés de desestabilizar categorias e binariedades de identidade sexual. O artigo também traz uma abordagem interseccional para o ativismo queer, evocando outras categorias identitárias para a discussão de sujeitos sexualmente marginalizados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ativismo queer. Política queer. Interseccionalidade. Raça, classe e gênero.

**ABSTRACT**

This is a translation of the article "Punks, bulldaggers and welfare queens - the radical potential of queer politics?", by American political scientist Cathy Cohen. The article problematizes the queer theory's "single oppression" approach, pointing out the boundaries in the civil rights-centered queer political agenda, for it reinforces dichotomies between heterosexuality and queerness rather than destabilizing categories and binarities of sexual identity by not incorporating into analysis and strategy the role of race, class and gender oppression. The article also provides an intersectional approach to queer activism, evoking other identity categories to the discussion of sexually marginalized subjects.

**KEYWORDS:** Queer activism. Queer policy. Intersectionality. Race, class and gender.

**RESUMEN**

Esta es una traducción del artículo "Punks, bulldaggers y queens de asistencia social: ¿el potencial radical de la política queer?" Por la politóloga estadounidense Cathy Cohen. El artículo problematiza el enfoque de "opresión única" de la teoría queer, señalando los límites en la agenda política queer centrada en los derechos civiles, ya

---

**Submetido em:** 20/11/2019 – **Aceito em:** 20/12/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019

<sup>2</sup> Universidade de Chicago

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro Brasil



que al no incorporar en el análisis y la estrategia el papel de la opresión de raza, clase y género, refuerza dicotomías entre heterosexualidad y queeridad en lugar de categorías desestabilizadoras y binaridades de identidad sexual. El artículo también proporciona un enfoque interseccional para el activismo queer, evocando otras categorías de identidad para la discusión de temas sexualmente marginados.

**PALABRAS CLAVE:** Activismo queer. Política queer. Interseccionalidad. Raza, clase y género.

Às vésperas de terminar este ensaio, tenho minha atenção voltada não para a forma de reescrever a conclusão (como deveria ser), mas, ao invés disso, em histórias veiculadas pela mídia sobre um suposto caso de racismo no Gay Men's Health Crisis (GMHC). Consta que três membros negros da diretoria da maior e mais antiga organização de enfrentamento à AIDS no mundo renunciaram, devido a sua posição vista como subserviente na diretoria do GMHC. Billy E. Jones, antigo chefe do New York City Health and Hospitals Corporation e um dos diretores que renunciaram, foi citado no New York Times dizendo: “Há muito trabalho a fazer no GMHC para torná-lo verdadeiramente inclusivo e receptivo à diversidade... também está claro que esse trabalho envolverá uma grande luta. Estou renunciando porque escolhi não me engajar nesta luta no GMHC, mas prefiro lutar pelas necessidades dos que foram devastados pelo HIV (Dunlap).

Este incidente suscita emoções contraditórias para mim, uma vez que aponta para a prática continuada do racismo que muitxs<sup>iii</sup> de nós experimentamos diariamente nas comunidades gay e lésbica. Porém, de modo igualmente perturbador, também acentua os limites de uma pauta política lésbica e gay baseada numa estratégia de direitos civis, na qual os objetivos são a assimilação e a reprodução das instituições dominantes. Muitxs de nós continuamos a procurar uma nova direção e uma pauta política que não seja centrada na integração às estruturas dominantes, mas, ao invés disso, busque a transformação da estrutura das hierarquias que permitem que os sistemas de opressão persistam e operem de forma eficiente. Para alguns de nós, este desafio à política lésbica e gay tradicional chegou através da ideia de política queer. Aqui tínhamos um movimento potencial de jovens ativistas antiassimilacionistas com o compromisso de desafiar a própria forma que as pessoas entendem e respondem à sexualidade. Estes ativistas prometeram engajar-se em lutas que



romperiam com normas dominantes de sexualidade, transformando de modo radical a política nas comunidades lésbica, gay, bissexual e transgênera.

Não obstante a possibilidade investida na ideia de queeridade<sup>iv</sup> e a prática da política queer, minha posição é de que o ativismo queer não resultou em uma política de fato transformadora ou radical. Em muitos episódios, ao invés de desestabilizar as categorias e binariedades de identidade sexual, a política queer serviu para reforçar dicotomias simples entre a heterossexualidade e tudo que é “queer”. O entendimento das formas que o poder informa e constitui sujeitos privilegiados e marginalizados nos dois lados dessa dicotomia não foi examinado.

Neste ensaio, questiono se há lições a serem aprendidas do ativismo queer que possam nos ajudar a construir uma nova política. Sonho com uma política na qual a relação com o poder, e não alguma identidade homogeneizada, seja privilegiada na hora de determinar os aliados políticos. Falo de uma política na qual as posições a-normativas e marginais de punks, sapatonas e welfare queens, por exemplo, é a base para um trabalho de coalizão progressivo e transformador. Assim, se há algum potencial verdadeiramente radical na ideia de queeridade e na prática da política queer, parece estar localizado em sua habilidade de criar um espaço oposto às normas dominantes, um espaço onde um trabalho político transformador pode começar.

## **EMERGÊNCIA DA POLÍTICA QUEER E UMA NOVA POLÍTICA DE TRANSFORMAÇÃO**

Tanto teóricos quanto ativistas acreditam, de modo geral, que o uso do termo “queer”(1) começou a aparecer com certa regularidade no início da década de 1990. Esse termo viria a denotar não apenas uma política emergente, mas também uma geração de acadêmicos trabalhando em programas, sobretudo nas ciências humanas, focados em crítica social e cultural (Morton, 1993). Pessoas como Judith Butler, Eve Sedgwick, Teresa de Lauretis, Diana Fuss e Michael Warner produziram o que agora consideram-se os primeiros trabalhos canônicos de “teoria queer”. A partir de diversas perspectivas pós-modernistas e pós-



estruturalistas, estes acadêmicos concentraram-se em identificar e contestar os marcadores discursivos e culturais encontrados tanto nas identidades dominantes quanto nas marginais, bem como nas instituições que prescrevem e reificam compreensões e comportamentos heterogenerificados(2). Esses teóricos apresentaram uma conceituação diferente de sexualidade, que buscasse substituir categorias de expressão sexual nomeadas e presumivelmente estáveis por um novo movimento fluido entre as várias formas de comportamento sexual (Stein e Plummer, 1994).

Por sua concepção de um espectro amplo de possibilidades sexuais, a teoria queer contrasta de forma direta com as tendências normalizantes da sexualidade hegemônica, que se baseia em ideias de identidades e comportamentos sexuais estáticos e estáveis. Dentro da teorização queer, entende-se que o sujeito sexual é construído e está contido em práticas múltiplas de categorização e regulação que marginalizam e oprimem, de modo sistêmico, os sujeitos definidos como desviantes e “outros”. E, na melhor das hipóteses, a teoria queer torna centrais não apenas a natureza socialmente construída da sexualidade e das categorias sexuais, mas também os graus variáveis e locais múltiplos de poder distribuídos em todas as categorias da sexualidade, incluindo a categoria normativa da heterossexualidade.

Contudo, foi no início da década de 90 que a produção da teoria pós-moderna na academia (posteriormente recategorizada como teoria queer) interagiu de forma mais direta com a política real dxs ativistas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneres. Frustradxs com o que se percebeu como “desgayzação” e tendências assimilacionistas no ativismo em torno da AIDS, sua invisibilidade na política tradicional de direitos civis das organizações lésbicas e gays, e crescentes ataques físicos e jurídicos contra membros das comunidades lésbica e gay, uma nova geração de ativistas começou a construir uma formação política de embates – chamando-a política queer (Bérubé e Escoffier, 1991). A política queer, representada de forma mais emblemática pelas ações da Queer Nation<sup>v</sup>, é compreendida como uma política de ação direta de uma geração mais jovem. Essas pessoas procuram, por meio da ação e da análise [política] fazer com que “queer” funcione como mais do que uma abreviatura para lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. De forma similar à teoria queer, a política queer que estxs ativistas articulam e buscam reconhece e encoraja, de forma prioritária, a fluidez e movimento das vidas sexuais das pessoas. Na política queer, a expressão sexual sempre



comporta a possibilidade de mudança, movimento, redefinição e *performance* subversiva – de ano a ano, de parceirx a parceirx, de dia a dia, e até de ato a ato. Além de destacar a instabilidade de categorias e sujeitos sexuais, xs ativistas queer também desafiam de forma direta as múltiplas práticas e veículos de poder que xs invisibilizam e põem em risco. No entanto, o que parece tornar xs ativistas queer únicxs, neste momento específico, é sua disposição para confrontar o poder normativo através da ênfase e do exagero de suas próprias características não-normativas e comportamento não-estável. Joshua Gamson, em “Must Identity Movements Self-Destruct? A Queer Dilemma” (“Devem os movimentos identitários se auto-destruir? Um dilema queer”, em tradução livre), escreve que

a teoria e o ativismo queer colocam o desafio de uma forma de organização na qual, longe de inibir as realizações, a *desestabilização* da identidade coletiva é, em si mesma, um objetivo e uma realização da ação coletiva.

A suposição de que identidades coletivas estáveis são necessárias para ações coletivas e posta abaixo pela queeridade, e a pergunta torna-se: *Quando e de que forma identidades coletivas estáveis são necessárias para ação e transformações sociais?* Limites seguros e identidades estáveis são necessários, porém não de modo geral, e sim [de formas] específicas, algo que a teoria dos movimentos sociais parece atualmente esquecer (GAMSON, 1995, p. 403, grifos no original).

Dessa forma, a política queer, assim como a teoria queer, é muitas vezes percebida como oposta, ou contrastante, à política identitária baseada em categorias do ativismo lésbico e gay tradicional. E, para aqueles entre nós que nos encontramos nas margens, operando por identidades múltiplas e, assim, não totalmente contempladxs ou reconhecidxs pela política baseada em identidades únicas, as *conceituações teóricas* da queeridade contém uma grande promessa política. Para muitxs de nós, o rótulo “queer” simboliza um reconhecimento de que, pela nossa existência e sobrevivência cotidiana, corporificamos uma resistência múltipla a sistemas (baseados nos construtos dominantes de raça e gênero) que buscam normatizar nossa sexualidade, explorar nosso trabalho e restringir nossa visibilidade. O potencial radical da queeridade reside na intersecção entre opressão e resistência, para desafiar e unir todas as pessoas marginalizadas e todas aquelas comprometidas com políticas libertárias.

Entretanto, o problema com essa conceituação e expectativa da identidade e da política queer é que, em sua forma atual, a política queer ainda não emergiu como um desafio abrangente



aos sistemas de dominação e opressão, especialmente aos processos normatizantes contidos na heteronormatividade. Por “heteronormatividade” quero dizer tanto as práticas localizadas quanto as instituições centralizadas que conferem legitimidade e privilégios à heterossexualidade e aos relacionamentos heterossexuais como fundamentais e “naturais” na sociedade. Levanto o tópico da heteronormatividade, por ser esta prática/poder normativo o foco mais freqüente da política queer (Blasius 1994; Warner 1993).

A incapacidade da política queer de desafiar a heteronormatividade de forma eficiente reside, em parte, no fato de, a despeito de um discurso circundante de desestabilização e, inclusive, desconstrução de categorias sexuais, a política queer tem sido construída em torno de uma dicotomia simples entre as pessoas consideradas queer e as consideradas heterossexuais. Seja na infame publicação “I hate straights” ou nos beijos gays em shopping centers e boates héteros, fica muito próxima à superfície na ação política queer uma compreensão simplista do poder codificado em categorias sexuais: todos os heterossexuais são representados como dominantes e controladores e todas as pessoas queer são compreendidas como marginalizadas e invisíveis. Assim, em nome da desestabilização, alguns ativistas queer começaram a priorizar a sexualidade como o ângulo a partir do qual buscam sua atuação política<sup>(3)</sup>. Sem dúvida, em diferentes contextos, várias características do nosso ser integral – por exemplo, raça, gênero, classe, sexualidade – são destacadas ou invocadas para interpretar uma situação específica. Contudo, minha preocupação está centrada nas pessoas que, de forma consistente, ativam apenas uma característica de sua identidade, ou uma única perspectiva de consciência, para organizar sua atuação política, rejeitando qualquer reconhecimento dos sistemas de poder múltiplos e interseccionados que ditam, em grande parte, nossas chances na vida.

É a disjunção, evidente na política queer, entre um compromisso articulado para promover uma compreensão da sexualidade que rejeite a ideia de categorias estáticas e monolíticas e, por outro lado, práticas políticas estruturadas a partir de concepções binárias de sexualidade e poder, o foco deste artigo. Para ser específica, preocupo-me com as manifestações das políticas queer nas quais o capital e a vantagem investidos em um espectro de categorias sexuais são desconsiderados e, por conseguinte, identidades políticas estreitas e homogeneizadas são reproduzidas, o que inibe a radicalidade potencial da política queer. Meu ponto de vista é que ativistas queer que evocam um quadro de opressão única representam de





forma equivocada a distribuição de poder dentro e fora das comunidades gay, lésbica, bissexual e trans, e assim limitam o caráter amplo e transformador da política queer.

Reconhecendo os limites das concepções atuais das identidades e políticas queer, interessome em examinar o contexto de “queer” para pensar como podemos construir uma nova identidade política que seja de fato libertária, transformadora e inclusiva para todas as pessoas que estão fora da norma dominante, sancionada pelo Estado, de uma classe média e alta branca e heterossexual(4). Uma compreensão ampliada da queeridade deve se basear em uma análise interseccional que reconheça como os vários sistemas de opressão interagem para regular e policiar as vidas da maioria das pessoas. Autoras negras feministas lésbicas, bissexuais e heterossexuais como Kimberle Crenshaw, Barbara Ransby, Angela Davis, Cheryl Clarke e Audre Lorde enfatizaram diversas vezes nos seus escritos a atuação interseccional da opressão. E é exatamente essa compreensão dos sistemas interligados de dominação que se nota no parágrafo de abertura do agora famoso manifesto feminista negro do Combahee River Collective:

A declaração mais geral de nossa política no presente seria a de que nos comprometemos a lutar ativamente contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe e vemos como nossa tarefa particular o desenvolvimento de uma análise e uma prática *integradas* baseadas no fato de que os principais sistemas de opressão estão interligados. A síntese dessas opressões cria as condições de nossas vidas. Como mulheres negras, vemos o feminismo negro como o movimento político lógico para combater as multifacetadas e simultâneas opressões que todas as mulheres não-brancas enfrentam (1977).

Esta análise do lugar das pessoas no mundo focada na intersecção dos sistemas de opressão é informada por uma consciência que, sem dúvida, cresce a partir da experiência vivida de existir resistindo a práticas de dominação e normatização múltiplas e conectadas. Esta experiência e esta análise determinaram muito da natureza progressiva e expansiva da política que emana das pessoas racializadas<sup>vi</sup>, tanto dentro quanto fora das comunidades lésbica e gay. Entretanto, além do mero reconhecimento da intersecção de opressões, deve haver também uma compreensão da forma sob a qual nossas identidades múltiplas funcionam para limitar o privilégio e o status que algumas pessoas recebem por obedecer a um imperativo heterossexual. Por exemplo, como ativistas queer entenderiam politicamente as vidas de



mulheres – em particular mulheres não-brancas – que dependem da seguridade social, que podem se encaixar na categoria heterossexual, mas cujas escolhas sexuais não são percebidas como normais, morais ou dignas de apoio estatal? Mais ainda, como o ativismo queer entende e se relaciona politicamente àquelxs cujas identidades sexuais [por relacionarem-se com o mesmo sexo] estão posicionadas na categoria queer, mas que têm outras identidades baseadas em categorias de classe, raça e/ou gênero que lhes conferem pertencimento e acesso a grupos e instituições dominantes?

Dessa forma, um compromisso com a análise e a política de esquerda deve ser inerente à nossa nova política. As feministas negras, assim como outrxs estudiosxs e ativistas marginalizadxs e progressistas têm afirmado há muito tempo que toda resposta política à opressão que se apresenta em múltiplas camadas deve estar fundamentada em uma compreensão de esquerda de nossas instituições políticas, econômicas, sociais e culturais. Fundamentalmente, uma abordagem de esquerda torna a interdependência entre múltiplos sistemas de dominação algo central. Esta perspectiva também garante que, enquanto o ativismo deve preocupar-se com formas de coerção discursiva e cultural, também reconhecemos e confrontamos as formas mais diretas e concretas de exploração e violência alicerçadas nas instituições reguladas pelo Estado e nos sistemas econômicos. A Declaração de Propósito do primeiro Dialogue on the Lesbian and Gay Left comenta especificamente sobre o papel dos sistemas interligados de opressão nas vidas de gays e lésbicas. “Por esquerdistas queremos dizer pessoas que entendem que a luta pela libertação lésbica e gay está integralmente vinculada às lutas contra a opressão de classe, o racismo e o sexismo. Ainda que possamos utilizar diferentes rótulos políticos, compartilhamos um compromisso com uma transformação fundamental das estruturas econômicas, políticas e sociais.”

Uma abordagem de esquerda na política, diferentemente de abordagens liberais ou voltadas para os direitos civis, traz para o centro da discussão a relação sistemática entre formas de dominação, na qual a criação e manutenção de classes exploradas, subservientes e marginalizadas é, no mínimo, uma parte da configuração econômica. Urvashi Vaid, em *Virtual Equality*, por exemplo, escreve sobre os limites das estratégias de direitos civis para confrontar a homofobia sistêmica:





os direitos civis não mudam a ordem social de forma dramática: modificam apenas os privilégios do grupo que afirma esses direitos. As estratégias de direitos civis não desafiam as bases morais e antissexuais da homofobia, pois a homofobia não se origina na nossa falta de uma completa igualdade civil, mas, antes, da natureza e da construção dos sistemas político, legal, econômico, sexual, racial e familiar nos quais vivemos (1995).

Partindo de uma análise sistêmica de esquerda, as estratégias montadas a partir da possibilidade de incorporação e assimilação são expostas como simplesmente expandindo e tornando acessível o *status quo* para os membros mais privilegiados de grupos marginais, enquanto xs mais vulneráveis em nossas comunidades continuarão sendo estigmatizadxs e oprimidxs.

Entretanto, é importante observar que, enquanto teóricos de esquerda tendem a oferecer uma análise mais estrutural da opressão e da exploração, muitos desses teóricos e ativistas também têm sido homofóbicos e heterossexistas na sua abordagem, ou na relutância em abordar os tópicos da sexualidade e da heteronormatividade. Por exemplo, Robin Podolski, em “Sacrificing Queers and Other ‘Proletarian’ Artifacts”, escreve que com frequência, na esquerda, a sexualidade e o desejo lésbico e gay têm sido caracterizados como “mais relacionados com a felicidade pessoal e prazer sexual do que com a ‘base material’ da procriação – éramos considerados distrações auto-indulgentes da luta... [um exemplo de] ‘decadência burguesa’” (1991).

Essa contradição entre uma análise dita de esquerda e uma adesão à heteronormatividade provavelmente tem sido identificada de forma mais dramática nas obras de algumas autoras feministas. Basta mencionar o artigo conhecido de Adrienne Rich, “Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica”, como uma crítica contundente do padrão branco, heterossexual e de classe média permeando partes significativas das análises e ações feministas. A mesma adesão a uma norma heterossexual pode ser encontrada nos escritos de intelectuais que se identificam como negros de esquerda, tais como Cornel West e Michael Eric Dyson. Assim, enquanto esses autores aprenderam a referir-se aos segmentos lésbico, gay, bissexual e transgênero das comunidades negras – de forma esparsa – continuam a colocar a heterossexualidade e masculinidade negras em primeiro plano como a unidade



central de análise em sua escrita – e mais recentemente em sua atuação política, vide sua participação na Million Man March.

A história da organização de esquerda e da visível ausência da esquerda de toda e qualquer resposta séria e contínua à epidemia da AIDS levou muitas lésbicas, gays, bissexuais e pessoas transgêneras a questionar a relevância dessa configuração política para as necessidades de nossas comunidades. Reconhecendo que as reservas deste tipo são reais e devem ser observadas, ainda sustento que uma análise baseada na esquerda, enfatizando a exploração econômica e a estrutura de classes, a cultura e a natureza sistêmica do poder oferecem uma abordagem política especialmente eficiente para representar e desafiar os diversos locais e sistemas de opressão. Além disso, a abordagem de esquerda que adoto aponta a sexualidade e as lutas contra a normatização sexual como centrais para a atuação política de todas as comunidades marginalizadas.

## **A RAIZ DA POLÍTICA QUEER: DESAFIANDO A HETERONORMATIVIDADE?**

Na introdução ao volume editado *Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory* (1993), Michael Warner pergunta: “O que as pessoas queer querem?”. Ele sugere que os objetivos das pessoas queer e sua política se estendem para além da arena sexual. Warner sustenta que o que as pessoas queer desejam é reconhecimento de suas vidas, lutas e existência completa; queers querem ser representadxs e incluídxx plenamente na análise política de esquerda e na cultura americana. Dessa forma, o que as pessoas queer querem é ser parte da reestruturação social, econômica e política da sociedade; como Warner escreve, as pessoas queer querem ter sua experiência e política “tomadas antes como pontos de partida do que como notas de rodapé” nas teorias sociais e pautas políticas da esquerda. Ele afirma que a ausência ou invisibilidade da experiência vivida queer tem marcado ou restringido boa parte das teorias sociais e políticas de esquerda e “tem suposto e naturalizado uma sociedade heterossexual” nessas teorias.

As preocupações e a política emergente do ativismo queer, tal como formulado por Warner e outrxs autorxs interessadxs em entender as implicações da ideia de queeridade têm por foco



destacar a presença queer e destruir a heteronormatividade não apenas na sociedade maior hegemônica mas também nos espaços, teorias e locais de resistência, presumivelmente na esquerda. Ele sugere que as pessoas que adotam o rótulo de “queer” entendam a necessidade de desafiar a suposição da heteronormatividade em todos os aspectos de sua existência:

Toda pessoa que chega a uma autocompreensão queer sabe que, de uma forma ou de outra, sua estigmatização está conectada com gênero, família, noções de liberdade individual, o Estado, falas em público, consumo e desejo, natureza e cultura, maturação, política reprodutiva, fantasia racial e nacional, identidade de classe, terror e violência, assistência médica e normas culturais profundas sobre como conduzir [seu] corpo. Ser queer significa lutar sobre esses assuntos o tempo todo, de forma local e fragmentária, mas sempre com consequências. (1993)

Independente do fato de que poucos de nós poderíamos nos encontrar numa descrição tão grandiosa da consciência queer, acredito que a descrição de Warner aponta para o fato de que, na raiz de uma existência vivida queer residem experiências com a dominação e, em particular, com a heteronormatividade que formam a base para uma política de fato transformadora. Por transformadora, novamente, entendo uma política que não busca oportunidades para se integrar às instituições dominantes e às relações sociais normativas, mas, ao invés disso, busca uma agenda política que tenha por objetivo mudar valores, definições e leis que tornam essas instituições e relações opressivas.

Ativistas queer que experimentam uma sensação de deslocamento tanto dentro quanto fora das comunidades lésbica e gay rejeitam o que consideram práticas assimilacionistas e políticas de organizações lésbicas e gays estabelecidas há mais tempo. Essxs organizadorxs e ativistas rejeitam normas culturais de identificação e comportamento sexual aceitáveis e, ao invés, adotam estratégias que promovem autodefinição e expressão integral. Membros do grupo de Chicago Queers United Against Straight-Acting Homosexuals (QUASH) manifestam esse tipo de posição no artigo “Assimilation is Killing Us: Fight for a Queer United Front”(A Assimilação Está Nos Matando: Lutar por Uma Frente Unida Queer, em tradução livre), publicado em seu periódico, WHY I HATED THE MARCH ON WASHINGTON (POR QUE ODIEI A MARCHA EM WASHINGTON):



A assimilação está nos matando. Estamos caindo em uma armadilha. Alguns de nós adotam um tom de desculpas, dizendo “eu sou desse jeito” (leia-se: “seria hétero se pudesse.”). Outros padronizam seu comportamento de forma a mimetizar a sociedade heterossexual para minimizar as diferenças gritantes entre nós e eles. Independente de quanto [dinheiro] você tenha, transar com seu amante ainda é ilegal em quase metade dos estados. Ter um cargo executivo, um carro possante e uma casa em um condomínio não te protege de morrer de AIDS ou de ter sua cabeça esmagada por neonazistas. O mito da assimilação precisa ser destruído.

... Que se foda a família heterossexual nuclear. Vamos formar famílias que promovam escolhas sexuais e liberação, e não opressão sexual. Devemos aprender a partir do nosso legado de resistência: um legado que mostra que o empoderamento surge do ativismo de base, não da política convencional; um legado que mostra que a mudança real acontece quando somos inclusivos, não excludentes (4).

No coração da política queer, ao menos tal como formulado pelo QUASH, reside um desafio fundamental à heteronormatividade – o privilégio, poder e status normativo investido na heterossexualidade – da sociedade dominante.

No seu desafio fundamental a um processo sistêmico de dominação e exclusão, com foco específico na heteronormatividade, o ativismo e os teóricos queer têm suas raízes em uma tradição de luta política identificada de modo mais freqüente com pessoas racializadas e outros grupos marginalizados. Por exemplo, em muitos períodos históricos os ativistas não-brancos questionaram sua inclusão formal e informal, assim como o poder, nas categorias sociais dominantes. Neste processo de desafiar sua centralidade na política lésbica e gay em particular, e, de forma geral nas comunidades lésbica e gay, lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans racializadas avançaram em debates sobre quem e o que seria representado como “verdadeiramente gay”. Como Steven Seidman nos lembra em “Identity and Politics in a ‘Postmodern’ Gay Culture: Some Historical and Conceptual Notes”, além do quadro geral trazido pela teoria queer pós-moderna, a política gay e lésbica, e agora queer, deve muito de seu ímpeto à atuação política das pessoas não-brancas e de outros membros marginalizados das comunidades lésbica e gay.

Especificamente, faço questão de enfatizar que as tensões pós-modernas no pensamento e na política gay têm sua origem social imediata nos desenvolvimentos recentes na cultura gay. Na reação de pessoas de cor, gays identificados como do Terceiro Mundo, nos gays pobres e de classe



trabalhadora, e de rebeldes sexuais contra o modelo étnico/essencialista de identidade e comunidade que se tornou dominante nas culturas lésbica e gay da década de 70 é onde localizo a base social para um repensar da identidade e da política (1997).

Através das demandas de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans racializadas, bem como outras pessoas que não se viam ou a suas numerosas comunidades na política estreitamente construída de gays e lésbicas brancos/as, a contestação tomou a forma de quem e quais questões seriam representados na política lésbica e gay e no discurso comunitário mais amplo.

Apesar da clara existência de similaridades e conexões entre as políticas de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans não-brancas nas décadas de 70 e 80 e os ativistas queer de hoje, a versão de hoje dessa política sofreu um desvio significativo de seu legado. Em particular, enquanto em ambos os casos um dos focos seja a radicalização e/ou a expansão da política gay e lésbica tradicionais, as políticas das lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans de cor foi e continua sendo muito mais ampla em sua compreensão do que seja uma política transformadora.

A política de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans racializadas tem sido com frequência orientada pelo tipo de análise interseccional de esquerda detalhada anteriormente. Assim, enquanto a política de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans não-brancas reconhece a heteronormatividade como um sistema primário de poder estruturando nossas vidas, entende também que a heteronormatividade interage com o racismo institucional, o patriarcado e a exploração de classe para nos definir de várias formas como sujeitos marginais e oprimidos(5). É essa posição construída como subalterna que possibilita que nossas irmãs e irmãos sejam usados ou como mão de obra excedente em uma estrutura capitalista avançada e/ou vistos como descartáveis, terem recursos negados e dessa forma encarcerados em instituições correcionais em todo o país. Enquanto o privilégio heterossexual impacta negativamente e restringe a experiência vivida de “queers” de cor, também o racismo, a opressão de classe e o sexismo o fazem.

Em contraste com a análise interseccional de esquerda que estruturou grande parte da política dos "queers" de cor, a base da política de alguns ativistas e organizações queer brancos



chegou perigosamente perto de um único modelo de opressão. Experimentando a sexualidade "desviante" como a característica proeminente de sua marginalização, esses ativistas começam a visualizar o mundo em termos de uma divisão "hetero / queer". Usando a estrutura da teoria queer, na qual a heteronormatividade é identificada como um sistema de regulação e normalização, alguns ativistas queer mapeiam o poder e os direitos da heterossexualidade normativa nos corpos de todos os heterossexuais. Além disso, esses ativistas caracterizam ingenuamente todos os que existem na categoria "queer" como impotentes. Assim, no processo de conceituar uma identidade descentralizada de estranheza, destinada a abraçar todos aqueles que estão do lado de fora da heteronormatividade, um entendimento monolítico da heterossexualidade e estranheza passou a dominar a imaginação política e as ações de muitos ativistas queer.

Essa reconstrução de uma divisão binária entre heterossexuais e homossexuais, embora discernível em muitas das ações da Queer Nation, é provavelmente mais evidente no manifesto "I Hate Straights". Distribuída nas paradas do orgulho gay em Nova York e Chicago em 1990, a declaração escrita por um grupo anônimo de queers começa assim:

Eu tenho amigos. Alguns deles são heterossexuais.

Ano após ano, vejo meus amigos heterossexuais. Quero ver como eles estão, adicionar novidade às nossas longas e complicadas histórias, sentir alguma continuidade.

Ano após ano, continuo percebendo que os fatos de minha vida são irrelevantes para eles e que sou apenas escutado pela metade, que sou um apêndice dos feitos de um mundo maior, um mundo de poder e privilégio, das leis, um mundo de exclusão. "Isso não é verdade", argumentam meus amigos heterossexuais. Há uma certeza na política do poder: os que são deixados de fora imploram por inclusão, enquanto os estão do lado de dentro afirmam que essa inclusão já existe. Os homens fazem isso com as mulheres, os brancos fazem com os negros e todos fazem isso com as bichas.

. . . A principal linha divisória, consciente e inconsciente, é a pró-criação. . . e essa palavra mágica - Família. (ênfase da autora)

Desse manifesto se vê de forma gritante uma análise que coloca não a heteronormatividade, mas a heterossexualidade, como a "linha divisória" central entre aqueles que seriam dominantes e os que são oprimidos. Em nenhum lugar deste ensaio há reconhecimento de que padrões de procriação "não normativos" e estruturas familiares de pessoas rotuladas como





heterossexuais também tenham sido usados para regular e excluir a elas próprias. Em vez disso, os autores declaram: "Vá dizer a eles [heterossexuais] para irem embora até que passem um mês andando de mãos dadas em público com alguém do mesmo sexo. Depois de sobreviverem a isso, você ouvirá o que eles têm a dizer sobre a raiva queer. Caso contrário, peça para que cale a boca e ouçam." Para esses ativistas, o poder da heterossexualidade é o foco, e a raiva queer é o meio da política queer. Falta a esta equação qualquer atenção ou reconhecimento das maneiras pelas quais identidades de raça, classe e/ou gênero aprimoram ou silenciam a marginalização dos queers, por um lado, e o poder dos heterossexuais, por outro.

O fato de este ensaio ser escrito sobre e com raiva queer é, sem dúvida, parte da lógica de sua defesa (Berlant e Freeman, 1992). Mas questiono até que ponto devemos ler este artigo como apenas uma diatribe aberracional contra pessoas heterossexuais motivadas por intensa raiva queer. Embora a raiva seja claramente um fator motivador para essa escrita, também devemos entender essa ação para representar uma análise e política estruturada em torno da dicotomia simples de heterossexual e homossexual. Sabemos, por exemplo, que posições semelhantes foram apresentadas em outros manifestos publicamente divulgados anonimamente. Por exemplo, no documento *Queers Read This*, os autores escrevem: "Não se engane, as pessoas héteras são donas do mundo e a única razão pela qual você foi poupada é ser inteligente, sortudo ou lutador. As pessoas héteras têm um privilégio isso lhes permite fazer o que bem entenderem e foder sem medo". Eles continuam afirmando que "os héteros são seus inimigos".

Mesmo dentro deste documento, que parece exemplificar a estreiteza das concepções queer, há um vislumbre surpreendente de uma compreensão intersetorial esquerda mais esclarecida do que a queeness pode significar. Por exemplo, os autores continuam: "Ser gay não é um direito à privacidade; trata-se da liberdade de ser público, de ser apenas quem somos. Significa lutar todos os dias contra a opressão; homofobia, racismo, misoginia, fanatismo religioso. hipocrisia e nosso próprio ódio." Evidenciam neste documento as tensões e dilemas inerentes que muitos ativistas queer encontram atualmente: como implementar na luta política real uma identidade política descentralizada que não é constituída por um processo de "outrificação" aparentemente redutivo?



O processo de ignorar ou pelo menos subestimar as variadas relações dxs queers com o poder é evidente não apenas nos escritos de ativistas queer, mas também nas ações políticas adotadas pelas organizações queer. Questiono a capacidade de ações políticas, como invasões de shopping centers (perseguidas por grupos como o Queer Shopping Network, em Nova York, e o Suburban Homosexual Outreach Program [SHOP], em São Francisco)), para abordar o fato de que pessoas queer existem em diferentes locais sociais. Lauren Berlant e Elizabeth Freeman descrevem os projetos de invasão de shopping centers como

[uma tentativa de levar] o espetáculo relativamente limitado da parada do orgulho urbano aos prazeres ambientais do shopping. Assim, as "ações de visibilidade no shopping" combinam a atração espetacular do desfile com as técnicas de conversão e proselitismo ao estilo dos Hare Krishna. Entrando nos shoppings com cabelos chamativos, dando as mãos e distribuindo folhetos, os ativistas queer produzem uma "invasão" que transmite uma mensagem diferente. "Estamos aqui, somos queer, você vai fazer compras." (1992)

A atividade de entrar ou "invadir" o shopping por parte de cidadãos queer é claramente uma tentativa de subversão. A intenção de sua presença visível nessa meca econômica familiar heterossexual claramente codificada é uma ruptura da segregação acordada entre os espaços permitidos para a cultura "desviante" queer e o resto do mundo "naturalizado". Deixadas sem contestação em tal ação, no entanto, estão as inúmeras maneiras, além da imposição da sexualidade normativa, na qual alguns homossexuais se sentem alienados e excluídos do espaço do shopping. Onde o shopping, como instituição da cultura do consumidor e dos privilégios econômicos relativos, entra nessa análise? Como essa ação explica as variadas relações econômicas que as pessoas queer têm com a cultura de consumo? Se você é uma pessoa queer de classe baixa ou trabalhadora, a exclusão e alienação que você sente ao entrar no shopping podem não se limitar aos códigos sexuais normativos associados ao shopping, mas também podem estar centrados no status econômico assumido daqueles que compram em shoppings suburbanos<sup>vii</sup>. Se você é uma bicha não-branca, sua exclusão do shopping pode, em parte, estar enraizada em normas e estereótipos raciais que o interpretam como um sujeito ameaçador toda vez que você entra nesta instituição econômica. Os ativistas queer devem enfrentar uma questão que assombra a maioria das organizações políticas: como colocar na



política uma análise ampla e inclusiva de esquerda que possa realmente envolver e mobilizar indivíduos com identidades interseccionais?

Claramente, haverá aqueles críticos que alegarão que estou pedindo demais a qualquer organização política. Exigências de que todos os aspectos da opressão e normatização sejam abordados em cada ato político parecem e são de fato irracionais. No entanto, eu faço a crítica das invasões queer dos shopping centers, nem para impedir tais eventos nem para sugerir que toda opressão seja tratada por essa ação política. Em vez disso, levanto essas preocupações para enfatizar as maneiras pelas quais existem diversas relações com o poder não apenas entre os heterossexuais, mas também entre aqueles que se rotulam queer.

Em sua versão atual, a política queer é codificada com privilégios de classe, gênero e raça, e pode ter perdido seu potencial para ser uma ferramenta de organização politicamente conveniente para atender às necessidades - e mobilizar os corpos - de pessoas racializadas. Como alguns teóricos e ativistas queer exigem a destruição de categorias sexuais estáveis, por exemplo, movendo-se para uma compreensão mais fluida do comportamento sexual, não se diz que é o privilégio de classe que permite tal fluidez. Classe ou privilégio material é a pedra angular de muitas políticas e teorias queer tal como existem hoje. A teoria queer que exige a eliminação de categorias fixas de identidade sexual parece ignorar as maneiras pelas quais algumas identidades sociais tradicionais e laços comunitários podem, de fato, ser importantes para a sobrevivência. Além disso, uma política queer que demoniza todos os heterossexuais desconsidera os relacionamentos - especialmente aqueles baseados em experiências compartilhadas de marginalização - que existem entre gays e heterossexuais, principalmente nas comunidades racializadas.

As pessoas queer que operam a partir de uma cultura política do individualismo assumem uma independência material que lhes permite desconsiderar categorias e comunidades reconhecidas histórica ou culturalmente ou, pelo menos, se mover fluidamente entre elas, sem nunca estabelecer relações ou identidades permanentes dentro delas. No entanto, eu e muitas outras pessoas lésbicas e gays não-brancas, assim como lésbicas e gays pobres e da classe trabalhadora, não temos essa independência material. Por causa das minhas múltiplas identidades, que localizam a mim e a outras pessoas "queer" não-brancas nas margens deste país, meu progresso material, minha proteção física e meu bem-estar emocional são



constantemente ameaçados. Nessas categorias estáveis e comunidades nomeadas cujas histórias foram estruturadas por resistência compartilhada à opressão, encontro graus relativos de segurança.

Deixe-me enfatizar novamente que a segurança que sinto é relativa a outras ameaças e claramente não é estática ou constante. Pois nessas comunidades nomeadas, também encontro versões de dominação e normatização sendo replicadas e empregadas à medida que membros marginais mais privilegiados / assimilados usam suas associações com instituições e recursos dominantes para regular e policiar as atividades de outros membros marginais do grupo. Qualquer pessoa racializada lésbica, gay, bissexual ou transgênera que tenha sido excluída de instituições de suas comunidades raciais, como a exclusão de muitos gays negros encontrados em algumas igrejas negras em resposta à AIDS, reconhece que mesmo dentro de grupos marginais há regras normativas que determinam a participação e o poder da comunidade (Cohen). No entanto, apesar das relações desiguais de poder localizadas em comunidades marginais, ainda não estou interessada em me desassociar politicamente dessas comunidades, pois a queeridade, tal como construída atualmente, não oferece alternativa política viável, pois nos convida a propor uma agenda política que torna invisível o destaque de raça, classe e em graus variados de gênero na determinação das chances de vida daquels de ambos os lados da divisão hetero / queer.

Portanto, apesar das raízes da política queer nas lutas das pessoas "queer" racializadas, apesar dos apelos para destacar categorias que procuraram regular e controlar corpos negros como o meu, e apesar das tentativas de ativismo de base em algumas organizações políticas queer, ainda existem - para algumas pessoas, como eu - grandes receios sobre as construções atuais do termo "queer". Pessoalmente, não me considero uma ativista "queer" ou, nesse caso, "queer" o que quer que seja. Isso não é por não me considerar ativista; de fato, considero meu trabalho político uma das minhas contribuições mais importantes a todas as minhas comunidades. Mas, como outrxs ativistas negrxs lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, acho o rótulo "queer" repleto de suposições tácitas que inibem o potencial político dessa categoria.

A alienação, ou pelo menos desconforto, que muitxs ativistas e teóricxs racializadxs têm com as atuais concepções de queeridade é evidenciada, em parte, pelo número ínfimo de teóricxs

racializadxs que se envolvem no processo de teorização sobre o conceito. Além disso, o número escasso de pessoas não-brancas que participam de organizações políticas "queer" também pode ser visto como um sinal de desconforto com o termo. Mais importante, minha confiança em reivindicar a distância e inquietação com o termo "queer" por parte de muitas pessoas racializadas vem de minhas interações com outras pessoas não-brancas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneras que, por reiteradas vezes, expressam sua interpretação de "queer" como um termo enraizado nos privilégios de classe, raça e gênero. Para nós, "queer" é uma política baseada em dicotomias sexuais estreitas que não abrem espaço para a análise da opressão daqueles que podemos categorizar como heterossexuais ou para o privilégio daqueles que operam como "queer". Como ativista e escritora lésbica negra Barbara Smith argumenta em "Queer Politics: Where's the Revolution?":

Ao contrário do início do movimento lésbico e gay, que tinha ligações ideológicas e práticas à esquerda, ativismo negro e feminismo, os políticos "queer" de hoje parecem operar em um vácuo histórico e ideológico. Os ativistas "queer" se concentram em questões "queer", e o racismo, a opressão sexual e a exploração econômica não se qualificam, apesar do fato de que a maioria dos "queers" são pessoas racializadas, mulheres ou da classe trabalhadora... A construção de coalizões unificadas e persistentes que desafiam o sistema e, em última análise, preparam um caminho para mudanças revolucionárias simplesmente não é o que ativistas "queer" têm em mente. (1993)

É esse entendimento restrito da idéia de queer que nega seu uso em reorientar fundamentalmente a política e os privilégios da política lésbica e gay, bem como em geral mover ou transformar a política da esquerda. Apesar de sua afirmação libertária de se opor às categorias estáticas de opressão, a política e grande parte da teoria queer parecem de fato estáticas no entendimento de raça, classe e gênero e seus papéis na maneira como a heteronormatividade regula o comportamento e as identidades sexuais. As distinções entre o status e a aceitação de diferentes indivíduos categorizados sob o rótulo de "heterossexual" não são exploradas.

Enfatizo a posição marginalizada de algumas pessoas que assumem identidades heterossexuais, não porque quero liderar alguma grande cruzada para entender mais



completamente a situação do "heterossexual". No lugar disso, reconheço o potencial de resistência compartilhada com esses indivíduos. Esse potencial não apenas para o trabalho de coalizão, mas para uma análise compartilhada é especialmente relevante, do meu ponto de vista, para pessoas queer racializadas. Mais uma vez, em meu apelo ao trabalho de coalizão entre categorias sexuais, não quero sugerir que as lutas políticas do mesmo sexo não tenham, de forma independente, desempenhado um papel essencial e distinto na política de libertação e nos movimentos sociais de pessoas marginalizadas. Ao invés disso, minha preocupação é com qualquer análise ou teoria política que reduza nossa compreensão do poder a um único continuum de avaliação.

Através de uma breve revisão de algumas das maneiras pelas quais a heterossexualidade não normativa foi controlada e regulada pelo estado e pelos sistemas de marginalização, podemos ser lembrados de que existem diferenciais de poder em todas as categorias socialmente nomeadas. E através desse reconhecimento, podemos começar a imaginar uma nova formação política na qual a relação de alguém com o poder dominante sirva como base da unidade para um trabalho radical de coalizão no século XXI.

## **HETEROSSEXUAIS DO LADO (DE FORA) DA HETERONORMATIVIDADE**

Nesta seção, quero voltar à questão de um entendimento monolítico da heterossexualidade. Acredito que através desta edição possamos começar a pensar criticamente sobre os componentes de uma política radical construída não apenas em identidades, mas em identidades investidas com graus variados de poder normativo. Assim, fundamental para minha preocupação com a estrutura atual e a pauta futura da política queer é a suposição incontestável de uma heteronormatividade uniforme da qual todos os heterossexuais se beneficiam. Quero novamente deixar claro que existem, de fato, algumas pessoas que se identificam como ativistas queer que reconhecem graus relativos de poder e acesso heterossexual a esse poder, até evocando o termo “queers heteronormativxs”<sup>viii</sup>. “Queer significa foder com o gênero. Existem queers heterossexuais, bissexuais, travestis, lésbicas,





bichas, sadomasoquistas, praticantes de fisting em cada rua desse nosso país apático" (anônimo, citado por McIntosh, 1993).

Apesar desse insight esporádico, grande parte da política dos ativistas queer foi estruturada em torno da dicotomia entre heterossexuais e tudo mais, supondo uma experiência monolítica de privilégio heterossexual para todas as pessoas identificadas publicamente com a heterossexualidade. Uma dicotomia reducionista semelhante entre homens e mulheres tem ressurgido consistentemente nos escritos e ações de algumas feministas. E somente pelas demandas, das ações e da escrita de muitas "feministas" e / ou lésbicas racializadas, aquelas mulheres que se mantêm fora da norma da heterossexualidade legalizada, branca, de classe média, começaram a ver suas vidas, necessidades e corpos representados na teoria feminista (Carby; Collins; hooks). De maneira semelhante, lésbicas, gays, bissexuais e transgênerxs racializadxes assumiram cada vez mais a responsabilidade de, no mínimo, problematizar e desafiar noções reducionistas de heteronormatividade articuladas por ativistas e eruditos queer (Alexander; Farajaje- Jones; Lorde; Moraga e Anzaldua; B. Smith).

Se seguirmos esses exemplos, problematizando nossa compreensão de heteronormatividade e queeridade, daremos um passo à frente na construção da política de coalizão progressiva que muitxs de nós desejamos. Especificamente, se prestarmos atenção a exemplos históricos e atuais de relacionamentos heterossexuais que foram proibidos, estigmatizados e, de forma geral, reprimidos, podemos começar a identificar os espaços de opressão e resistência compartilhados ou semelhantes que fornecem uma base para um trabalho radical de coalizão. Além disso, podemos começar a responder a algumas perguntas: Ao colocar estritamente uma dicotomia de privilégio heterossexual e opressão queer sob a qual todxs nós existimos, estamos negando uma base de unidade política que poderia servir para fortalecer muitas comunidades e movimentos em busca de justiça e transformação social? Como usamos os graus relativos de isolamento sentido por todos os "desviantes" sexuais / culturais para construir uma base de unidade para um movimento mais amplo de coalizão?

Um pouco de história (como cientista política, um pouco de história é tudo o que posso oferecer) pode ser útil para tentar descobrir as várias maneiras pelas quais a heterossexualidade foi definida e vivenciada por diferentes grupos de pessoas, especialmente porque se cruza com a raça. Também deve ajudar a ressaltar o fato de que muitas das raízes

da heteronormatividade estão nas ideologias supremacistas brancas que procuravam (e continuam) a usar o Estado e sua regulação da sexualidade, em particular através da instituição do casamento heterossexual, para designar quais indivíduos estavam realmente "aptos" para os plenos direitos e privilégios de cidadania. Por exemplo, a proibição de casamentos entre mulheres negras e homens presos no sistema escravista era um componente de muitos códigos escravistas promulgados durante os séculos XVII e XVIII. M. G. Smith, em seu artigo sobre a estrutura dos sistemas econômicos escravistas, declara sucintamente: "Como os escravos da propriedade eram proibidos de formar relacionamentos legais ou casamentos que interferissem e restringissem os direitos de propriedade de seus donos" (71-72). Herbert G. Gutman, em *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925* (A família negra na escravidão e na liberdade, 1750-1925), elabora sobre a ideologia das sociedades escravistas que negavam a sanção legal de casamentos entre escravos e, além disso, argumentavam que os negros não tinham concepção de família.

A Nação identificou restrição sexual, casamento civil e "estabilidade" da família com a própria "civilização".

Essas crenças sexuais e de classe de meados do século XIX reforçavam as crenças raciais sobre os afro-americanos. Afinal, como escravos, seus casamentos não haviam sido sancionados pelas leis civis e, portanto, "a paixão sexual" não tinha restrições... Muitos abolicionistas brancos negaram aos escravos uma vida familiar ou mesmo, muitas vezes, uma consciência familiar, porque para eles [brancos] a família teve sua origem e deveria ser sustentada pela lei civil. (1976)

Portanto, não foi a promoção do casamento ou da heterossexualidade em si que serviu de padrão ou motivação da maioria das sociedades escravistas. Em vez disso, o casamento e a heterossexualidade, vistos através das lentes do lucro e da dominação, e a ideologia da supremacia branca, foram reconfigurados para justificar a exploração e a regulação dos corpos negros, mesmo aqueles presumivelmente envolvidos em comportamento heterossexual. Foi esse sistema de dominação heterossexual, de homens brancos e de classe alta, sancionada pelo Estado, que forçou esses homens e mulheres negros, provavelmente heterossexuais a suportar uma história de estupro, linchamento e outras formas de terrorismo físico e mental. Dessa maneira, os membros marginalizados do grupo, sem poder ou



privilegio, embora envolvidos em comportamento heterossexual, muitas vezes se vêem definidos como fora das normas e valores da sociedade dominante. Essa posição geralmente resulta na supressão ou negação de seus relacionamentos e direitos legais, sociais e físicos.

Além da proibição de casamento entre escravos, A. Leon Higginbotham, Jr., em *The Matter of Color-Race and the American Legal Process: The Colonial Period*, escreve sobre as restrições legais que impedem os casamentos inter-raciais. Ele nos lembra que o núcleo essencial da tradição jurídica norteamericana era a preservação da raça branca. A "mistura" das raças deveria ser estritamente proibida nas primeiras leis coloniais. A regulação das relações heterossexuais inter-raciais, no entanto, não deve ser entendida como relegada exclusivamente aos séculos XVII, XVIII e XIX. De fato, Higginbotham nos informa que a lei final que proíbe a miscigenação (o "cruzamento" ou casamento de indivíduos de diferentes "raças" - na verdade destinadas a inibir a "contaminação" da raça branca) não foi revogada até 1967:

A ansiedade colonial sobre a atividade sexual inter-racial não pode ser atribuída apenas aos valores do século XVII, pois somente em 1967 a Suprema Corte dos Estados Unidos finalmente declarou inconstitucional aqueles estatutos que proibiam casamentos inter-raciais. A Suprema Corte esperou treze anos após sua decisão de Brown de lidar com a dessegregação de escolas antes de, em *Loving v. Virginia*, concordar em considerar a questão dos casamentos inter-raciais. (1978)

É esse padrão de regular o comportamento e desprestigiar as identidades daquels heterossexuais fora do privilegio heteronormativo, em particular aquels percebids como sistemas ameaçadores à supremacia branca, à dominação masculina e ao avanço capitalista que quero destacar. Um entendimento das maneiras pelas quais a heteronormatividade atua para apoiar e reforçar o racismo institucional, o patriarcado e a exploração de classes deve, portanto, fazer parte de como problematizamos as construções atuais da heterossexualidade. Como afirmei anteriormente, não estou sugerindo que os envolvidos em comportamentos heterossexuais publicamente identificáveis não recebam vantagem política, econômica e social, especialmente em comparação com as experiências de algumas pessoas lésbicas, transgêneras, gays e bissexuais. Mas a equação que liga identidade e comportamento ao poder não é tão linear e clara como alguns teóricxs e ativistas queer gostariam de acreditar.



Um exemplo mais recente de heterossexualidade não normativa regulamentada está localizado nos atuais debates e retóricas sobre a "classe baixa" e a destruição do sistema de assistência social. A estigmatização e demonização de mães solteiras, adolescentes e principalmente mulheres pobres racializadas, dependentes da assistência do Estado, teve uma presença longa e suspeita na história "intelectual e política" americana. Foi em 1965 que Daniel Patrick Moynihan lançou seu "estudo", intitulado *The Family Negro: The Case for National Action*. Neste relatório, que viria a ser conhecido como Relatório Moynihan, o autor aponta para as "patologias" cada vez mais evidentes nas chamadas famílias negras. Neste documento, havia alegações da natureza destrutiva das formações familiares negras. A introdução do documento argumenta que

o problema fundamental, no qual esse é o caso mais claro, é o da estrutura familiar. A evidência - não final, mas poderosamente persuasiva - é que a família Negra nos guetos urbanos está desmoronando. Um grupo de classe média conseguiu se salvar, mas para uma grande porção da classe trabalhadora da cidade, pouco qualificada e pouco instruída, o tecido das relações sociais convencionais praticamente se desintegrou.

Moynihan, mais adiante neste documento, descreve a crise e as patologias enfrentados pela estrutura familiar negra como gerados pelo crescente número de famílias chefiadas por mulheres solteiras, pelo crescente número de nascimentos "ilegítimos" e, é claro, pela crescente dependência da assistência social:

Em essência, a comunidade negra foi forçada a uma estrutura matriarcal que, por estar tão em desacordo com o resto da sociedade americana, retarda seriamente o progresso do grupo como um todo, e impõe um fardo esmagador ao homem negro e, conseqüentemente, a muitas mulheres negras também... Em uma palavra, a maioria dos jovens negros corre o risco de se envolver no emaranhado de patologias que afetam seu mundo, e provavelmente a maioria está aprisionada... Obviamente, nem todos os casos de patologia social que afligem a comunidade negra podem ser atribuídos à fraqueza da estrutura familiar... No entanto, no centro do emaranhado de patologias está a fraqueza da estrutura familiar. (29-30)

Não é o comportamento não heterossexista desses homens e mulheres negros que está sob ataque, mas o comportamento sexual percebido como não normativo e as estruturas familiares



desses indivíduos, a quem muitos ativistas queer - sem considerar o impacto de raça, classe, ou gênero - designaria como parte do establishment heterossexista ou aqueles poderosos "héteros que eles odeiam".

Nos últimos trinta anos, a demonização de mulheres pobres em relacionamentos heterossexuais não normativos continuou sob os auspícios de estudos sobre a "classe baixa". Adolph L. Reed, em "The 'Underclass' as Myth and Symbol: the Poverty of Discourse About Poverty", discute a natureza racista e genderizada de grande parte desta literatura, na qual mulheres pobres, muitas vezes negras e latinas, são retratadas como incapazes de controlar seus impulsos sexuais e eventuais decisões reprodutivas, incapazes de criar seus filhxs com a fibra moral correta, incapazes de encontrar empregos "rentáveis" para sustentar a si mesmas e a seus "filhxs ilegítimxs" e, é claro, incapazes de administrar "efetivamente" a assistência mínima fornecida pelo estado. Reed escreve,

A noção de subclasse pode receber o maior impulso ideológico de suas imagens genderizadas e relação com a política de gênero. Como observei em uma crítica de *The Truly Disadvantaged*, de Wilson, "família" é uma categoria intrinsecamente ideológica. A retórica da "desorganização", "desintegração", "deterioração" reifica um tipo de arranjo de vida - o tipo ideal da família nuclear burguesa - como fora da história, quase como se fosse decretada pela lei natural. Mas - como perguntei anteriormente - por que exatamente o nascimento fora do casamento é patológico? Por que o agregado familiar chefiado por mulheres é um indicador de desorganização e patologia? Esse estigma se vincula a todas essas famílias - mesmo, digamos, uma executiva divorciada que é uma mãe em custódia? Caso contrário, quais são os critérios para atribuí-lo? A resposta curta é o preconceito de raça e classe infligido através de uma visão distinta de gênero do mundo. (1990)

Nesse mesmo discurso da "subclasse", os jovens negros envolvidos em comportamento heterossexual "imprudente" são representados como fábricas irresponsáveis de bebês, incapazes de controlar ou restringir sua "paixão sexual" (para tomar emprestado um termo do século XVII). E, infelizmente, muitas vezes tem sido o trabalho de liberais professos como William Julius Wilson, em seu livro *The Truly Disadvantaged*, que, embora não use a palavra "patologias", tentou substituir à sua maneira a dicotomia conservadora entre as pobres e respeitáveis trabalhadoras e as preguiçosas welfare queens da imaginação de Ronald Reagan



que dirigem Cadillacs e comem bifés. Mais uma vez, levanto esse ponto para nos lembrar das inúmeras maneiras pelas quais a sexualidade e o desvio sexual de uma norma prescrita foram usados para demonizar e oprimir vários segmentos da população, mesmo alguns classificados sob o rótulo "heterossexual".

As ações dos políticos e dos agentes da lei reforçaram, de maneiras muito mais devastadoras, as distinções entre formas aceitáveis de expressão heterossexual e aquelas a serem reguladas - cada vez mais através do encarceramento. Esse movimento rumo à proibição de algumas formas de expressão heterossexual e escolha reprodutiva pode ser visto na prática de processar mulheres grávidas suspeitas de usar drogas - quase 80% de todas as mulheres processadas são mulheres racializadas; através da esterilização forçada de mulheres porto-riquenhas e indígenas norteamericanas; e através do uso, imposto pelo Estado, de Norplant por mulheres que respondem ao sistema de justiça criminal e por mulheres que recebem assistência do estado.<sup>(6)</sup> Além disso, são os filhos "não normativos" de muitas dessas mulheres não normativas que Newt Gingrich colocaria em orfanatos. É o mesmo Newt Gingrich que, apesar de seu claro desdém pelo "estilo de vida" de gays e lésbicas, convidou lésbicas e gays para o partido republicano. Não preciso lembrá-los de que ele não fez essa oferta às mulheres beneficiárias da assistência social discutidas acima. Quem, poderíamos perguntar, está realmente fora do poder heteronormativo - talvez a maioria de nós?

## **CONCLUSÃO: DESESTABILIZAÇÃO E TRABALHO RADICAL DE COALIZÃO**

Embora tudo isso possa parecer interessante, perturbador ou ambos, você pode estar se perguntando: o que isso tem a ver com a questão do futuro da política queer? É meu argumento, como afirmei anteriormente, que uma das grandes falhas da teoria queer e, especialmente, da política queer foi sua incapacidade de incorporar à análise do mundo e estratégias de mobilização política os papéis que raça, classe e gênero desempenham na definição das diferentes relações das pessoas com o poder dominante e normatizador. Apresento este ensaio como o começo de uma luta muito mais longa e prolongada para reconhecer e delinear a distribuição de poder dentro e fora das comunidades queer. Esta é





uma discussão de como construir uma política organizada não apenas por categorias reducionistas de heterossexuais e homossexuais, mas, ao invés disso, organizada em torno de uma análise mais interseccional de quem e o que o inimigo é e onde nossos possíveis aliados podem ser encontrados. Essa análise procura deixar claro o privilégio e o poder incorporados nas categorizações de, por um lado, uma homem "moralmente correta", branca, autorizada pelo Estado, de classe média, heterossexual e, por outro lado, uma mulher racializada, culturalmente deficiente, materialmente falida, dependente do estado, heterossexual, a última encontrada com mais frequência em nossos centros urbanos (aqueles que não foram gentrificados), nas capas de revistas e no noticiário da noite.

Afirmo, portanto, que o potencial radical da política queer, ou de qualquer movimento libertário, baseia-se em sua capacidade de promover identidades políticas estrategicamente orientadas, decorrentes de uma compreensão mais sutil do poder. Uma das tarefas mais difíceis nesse esforço (e há muitas) não é abandonar as complexidades de como o poder está estruturado e como podemos pensar sobre as coalizões que criamos. Com demasiada frequência, os movimentos voltam a uma posição em que a participação e o trabalho político conjunto se baseiam em uma história de opressão necessariamente semelhante - mas isso é muito parecido com a política de identidade (Phelan). Em vez disso, estou sugerindo que o processo de construção de movimentos esteja enraizado não em nossa história ou identidade compartilhada, mas em nossa experiência compartilhada de relação marginal com o poder dominante que normatiza, legitima e privilegia.

Portanto, devemos iniciar nosso trabalho político a partir do reconhecimento de que vários sistemas de opressão estão em vigor e que esses sistemas usam categorias e identidades institucionalizadas para regular e socializar. Também devemos entender que poder e acesso a recursos dominantes são distribuídos através dos limites de "het" e "queer" que construímos. Um modelo de política queer que simplesmente coloca os grandes "heterossexuais" contra todos os "oprimidos" oprimidos é ineficaz como base para a ação em um ambiente político dominado por Newt Gingrich, a direita cristã e a ideologia recorrente da supremacia branca. Enquanto estamos à beira de assistir os que estão no poder dismantlar o sistema de assistência social através de um processo de demonização de mulheres pobres e jovens, principalmente mulheres racializadas pobres e jovens - muitas das quais existiram a vida



inteira fora da norma branca, de classe média e heterossexual - precisamos perguntar se essas mulheres não se enquadram nas categorias da sociedade de marginais, desviantes e "queer". Enquanto observamos a explosão da construção prisional e as taxas desproporcionais de encarceramento de jovens homens e mulheres não-brancxs, geralmente como parte do desenvolvimento econômico de comunidades rurais brancas pobres, precisamos perguntar se esses indivíduos não se enquadram na definição da sociedade de "queer" e descartável.

Não estou propondo uma estratégia política que homogeneíze e glorifique a experiência de pessoas heterossexuais pobres de cor. De fato, ao reivindicar uma identidade e formação política de esquerda mais expansiva, não estou procurando apagar a relação histórica específica entre o estigma de "queer" e a atividade sexual de homens gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. E de nenhuma maneira pretendo igualar ou desejar igualar as experiências de homens e mulheres marginais heterossexuais às experiências vividas por homossexuais. Não há duvida que a heterossexualidade, mesmo para aqueles heterossexuais que se mantêm fora das normas da heteronormatividade, resulte em alguma forma de privilégio e sentimentos de supremacia. Só preciso lembrar-me dos momentos em que outras mulheres racializadas, mais vulneráveis economicamente do que eu, expressaram superioridade e alguns sentimentos de repulsa quando perceberam que a boa e jovem professora (eu) era "assim".

No entanto, ao reconhecer a história distinta da opressão que lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros enfrentaram e desafiaram, não estou disposta a abraçar toda pessoa queer como aliadxs políticx marginalizadx. Da mesma forma, não presumo que posições ou identidades raciais, de gênero e / ou de classe compartilhadas garantam ou produzam compromissos políticos semelhantes. Assim, identidades e comunidades, embora importantes para essa estratégia, devem ser problematizadas e desestabilizadas através do reconhecimento das múltiplas posições sociais e relações com o poder dominante encontradas em qualquer categoria ou identidade. Kimberle Crenshaw, em "Mapping the Margins: Interseccionalidade, Identity Politics, and Violence Against Women of Color", sugere que um projeto assim use a idéia de interseccionalidade para reconceptualizar ou problematizar as identidades e comunidades que são "lar" para nós. Ela exige que desafiemos aquelas identidades que parecem ser nossa "casa", reconhecendo as outras partes de nossas identidades excluídas:



Com a identidade assim reconceptualizada [por meio do reconhecimento da interseccionalidade], pode ser mais fácil entender a necessidade de reunir coragem para desafiar grupos que afinal são, em certo sentido, "lar" para nós, em nome de partes nossas que não são feitas em casa... O máximo que se poderia esperar é que ousaremos falar contra exclusões e marginalizações internas, e que podemos chamar atenção para como a identidade do "grupo" se centrou nas identidades interseccionais de alguns... Através da consciência da interseccionalidade, podemos reconhecer e fundamentar melhor as diferenças entre nós e negociar os meios pelos quais essas diferenças encontrarão expressão na construção de políticas de grupo. (1299)

Da mesma maneira que explicamos o privilégio variável a ser conquistado por uma identidade heterossexual, também devemos prestar atenção ao privilégio que alguns homossexuais recebem por serem brancos, homens e de classe alta. Somente através do reconhecimento das muitas manifestações de poder, dentro e através das categorias, podemos realmente começar a construir um movimento baseado na política e não exclusivamente na identidade.

Quero deixar claro que o que eu e outros estamos pedindo é a desestabilização, e não a destruição ou abandono, das categorias de identidade(7). Devemos rejeitar uma política queer que pareça ignorar, em sua análise da utilidade de categorias tradicionalmente nomeadas, os papéis de identidade e comunidade como caminhos para a sobrevivência, usando experiências compartilhadas de opressão e resistência para construir recursos internos, moldar a consciência e agir coletivamente. Em vez disso, eu sugeriria que é a multiplicidade e a interconexão de nossas identidades que fornecem o caminho mais promissor para a desestabilização e a politização radical dessas mesmas categorias.

Este não é um caminho fácil a seguir, porque na maioria das vezes isso significará a construção de uma análise e estratégias políticas em torno dos mais marginalizados de nossa sociedade, alguns dos quais se parecem conosco, muitos dos quais não. Na maioria das vezes, isso significa enraizar nossa luta e atender às necessidades de comunidades racializadas. Na maioria das vezes, isso significa destacar a interseccionalidade de raça, classe, gênero e sexualidade e o poder e privilégio relativos que se recebe por ser homem e / ou ser branco e / ou ser de classe média e / ou ser heterossexual. Este, em particular, é um desafio assustador,



porque grande parte de nossa consciência política foi construída em torno de dicotomias simples, como poderosas / impotentes; opressor / vítima; inimigo / camarada. É difícil se sentir seguro nesses espaços em que tanto o seu relativo privilégio quanto sua experiência com a marginalização são entendidos para moldar seu compromisso com a política radical. No entanto, como Bernice Johnson Reagon colocou tão apropriadamente em seu ensaio, "Coalition Politics: Turning the Century", "se você sentir a tensão, pode estar fazendo um bom trabalho" (362).

E embora esse seja um desafio assustador e uma posição desconfortável, aqueles que o adotaram não apenas sobreviveram, mas tiveram sucesso em seus esforços. Por exemplo, os projetos de troca de seringas e projetos nas prisões desenvolvidos sob os auspícios do ACT UP New York apontam para as possibilidades e dificuldades envolvidas no trabalho de coalizão transformadora por princípios. Em cada projeto, indivíduos de inúmeras identidades - heterossexual, gay, pobre, ricx, branx, pretx, latinx - se uniram para desafiar as construções dominantes sobre quem deveria ser admitido e quem merecia atendimento. Nenhuma identidade em particular determinou exclusivamente os compromissos políticos compartilhados desses ativistas; em vez disso, suas posições semelhantes, como sujeitos marginalizados em relação ao Estado - tornado claro pela falta de resposta do governo à Aids - formaram a base dessa unidade política.

No projeto penitenciário, o argumento dos ativistas de que o governo que negava até aos gays ricos acesso a drogas para combater esta doença deve ser considerado como a mesma fonte de poder que negava o acesso de homens e mulheres encarcerados a cuidados básicos de saúde, incluindo os medicamentos e condições necessárias para combater o HIV e a AIDS. O trabalho de coalizão em que este grupo se engajou envolveu uma série de pessoas, desde indivíduos anteriormente encarcerados, homens e mulheres heterossexuais racializadxs, ou lésbicas e gays que poderíamos considerar branxcs privilegiadxs. E esse mesmo grupo de pessoas que se uniram para protestar contra as condições das pessoas encarceradas com AIDS também apareceu em eventos públicos desafiando a homofobia que norteou a resposta do governo e das indústrias biomédicas a essa epidemia. O trabalho político desse grupo de indivíduos foi certamente informado pelas identidades públicas que eles adotaram, mas essas foram identidades que eles reconheceram como problematizadas pela interseccionalidade e



colocadas em uma estrutura política em que sua experiência compartilhada como sujeitos marginalizados e não normativos poderia estar à frente. aterrado. Douglas Crimp, em seu artigo "Right On, Girlfriend!", Sugere que, através do trabalho político, nossas identidades se refazem e, portanto, devem ser entendidas como relacionais. Descrevendo essa transformação nas identidades de ativistas queer envolvidxs e processadxs por ações de troca de agulhas, Crimp escreve:

Mas uma vez envolvidos na luta para acabar com a crise, as identidades desses queers não eram mais as mesmas. Não é que "esquisito" não abranja mais suas práticas sexuais; sim, mas também implica uma relação entre essas práticas e outras circunstâncias que tornam pessoas muito diferentes vulneráveis tanto à infecção pelo HIV quanto ao estigma, discriminação e negligência que caracterizaram a resposta social e governamental à constituintes mais afetados pela epidemia de AIDS. (317-18)

O potencial radical de nós, fora da heteronormatividade, está em nosso entendimento de que não precisamos basear nossa política na dissolução de todas as categorias e comunidades, mas precisamos, em vez disso, trabalhar em prol da desestabilização e refazer nossas identidades. A diferença, por si só - mesmo a diferença designada por meio de categorias nomeadas - não é o problema. Em vez disso, é o poder investido em certas categorias de identidade e a ideia de que categorias limitadas não devem ser transgredidas que servem como base de dominação e controle. A reconceptualização não apenas do conteúdo das categorias de identidade, mas também da natureza interseccional das identidades, deve tornar-se parte de nossa prática política.

Portanto, devemos começar a vincular nossa análise interseccional do poder ao trabalho de coalizão concreto. Em termos reais, isso significa identificar lutas políticas, como os projetos de troca de seringas e prisões do ACT UP que transgridem os limites da identidade para destacar, neste caso, o poder repressivo do Estado e o poder normatizador evidente nas comunidades dominantes e marginalizadas. Esse tipo de trabalho de coalizão por princípios também está sendo realizado de maneira mais modesta pelo Policy Institute of the National Gay and Lesbian Task Force. Recentemente, a equipe da Task Force distribuiu documentos de posicionamento não apenas sobre os tópicos de casamentos gays e de gays nas Forças



Armadas, mas também sobre ataques da direita contra políticas de bem-estar social e medidas de ação afirmativa. Aqui, temos um trabalho político baseado no conhecimento de que a retórica e as acusações de não normatividade lançadas por Newt Gingrich e outros direitistas contra mulheres beneficiárias da assistência social se assemelham aos ataques de não normatividade montados contra gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Novamente, é a relação marginalizada com o poder, vivenciada por ambos os grupos - e não pretendo sugerir que os grupos sejam mutuamente exclusivos - que molda a possibilidade de um trabalho de coalizão transformador. Essa perspectiva diminui quando não reconhecemos e lidamos com a realidade que as identidades cruzadas que os gays incorporam - em termos de raça, classe e privilégio de gênero - colocam alguns de nós no lado de Gingrich da luta pelo bem-estar (por exemplo, os Log Cabin Republicans<sup>ix</sup>). E de maneira semelhante, a dependência de uma mulher da assistência financeira estatal não garante sua posição de apoiadora dos direitos e / ou libertação dos gays. Embora uma identidade marginalizada, sem dúvida, aumente as perspectivas de consciência compartilhada, apenas uma articulação e comprometimento com o apoio mútuo podem realmente ser o teste de unidade na busca de políticas transformadoras. Por fim, percebo que tenho poucas especificidades ao tentar descrever como avançamos concretamente em direção a uma política de coalizão transformadora entre sujeitos marginalizados. O melhor que posso fazer é oferecer essa discussão como ponto de partida para reavaliar a forma da política queer / lésbica / gay / bissexual / transgênero ao nos aproximarmos do século XXI. Uma reconceptualização da política de grupos marginalizados permite não apenas privilegiar a experiência vivida específica de comunidades distintas, mas também buscar aqueles locais interconectados de resistência a partir dos quais podemos travar lutas políticas mais amplas. Somente reconhecendo o vínculo entre a marginalização ideológica, social, política e econômica de punks, sapatonas e *welfare queens* podemos começar a desenvolver análises e estratégias políticas eficazes para enfrentar os espaços de poder vinculados, ainda que variados, neste país. Isso é um projeto importante porque fornece uma estrutura a partir da qual o difícil trabalho da política de coalizão pode começar. E é nesses espaços complicados e contraditórios que se localiza a política libertária e de esquerda para a qual muitos de nós trabalhamos.





## AGRADECIMENTOS

A autora gostaria de agradecer a Mark Blasius, Nan Boyd, Ed Cohen, Carolyn Dinshaw, Jeff Edwards, Licia Fiol-Matta, Joshua Gamson, Lynne Huffer, Tamara Jones, Carla Kaplan, Ntanya Lee, Ira Livingston e Barbara Ransby pelos comentários em várias versões deste documento. Todas as deficiências são obviamente culpa da autora.

## NOTAS DA AUTORA

1. A cronologia geral da teoria e da política queer mencionada ao longo deste artigo não pretende escrever o desenvolvimento histórico definitivo de cada fenômeno. Em vez disso, as datas são usadas para fornecer ao leitor um quadro geral de referência. Veja Epstein para uma genealogia semelhante da teoria e da política queer.
2. Veja Ingraham para uma discussão sobre o imaginário heterogêneo.
3. Quero deixar claro que neste ensaio incluo a destruição de categorias sexuais como parte da agenda da política queer. Embora um segmento substancial de ativistas e teóricos queer exijam a *desestabilização* de categorias sexuais, também existem aqueles queer declarados que adotam uma política construída em torno da desconstrução e / ou eliminação de categorias sexuais. Por exemplo, vários de meus alunos homossexuais identificadas se envolvem em comportamento sexual que a maioria das pessoas interpretaria como transgressor de identidades e categorias sexuais. No entanto, esses alunos articularam repetidamente uma interpretação diferente de seu comportamento sexual. Eles apresentam um entendimento que não destaca sua transgressão de categorias, mas que os representa como indivíduos que operam completamente fora de categorias e identidades sexuais. Eles são seres sexuais, dados puramente ao desejo, vivendo verdadeiramente a fluidez sexual e não são limitados por qualquer forma de categorização ou identificação sexual. Essa interpretação parece ao menos um passo distante da sustentada por pessoas que adotam a fluidez da sexualidade, enquanto ainda reconhecem a utilidade política de categorias ou rótulos para determinados comportamentos e comunidades sexuais. Um exemplo dessas pessoas pode ser aquelas mulheres que se identificam como lésbicas e que também reconhecem que às vezes escolhem dormir com homens. Esses indivíduos exemplificam o processo de desestabilização



que tento articular neste ensaio. Ainda mais afastados dos queer que eliminariam todas as categorias sexuais são aqueles que também transgridem o que muitos consideram categorias de comportamentos sexuais enquanto abraçam publicamente uma identidade sexual estável (por exemplo, aqueles homens heterossexuais auto-identificados que dormem com outros esporádica e secretamente).

4. Quero agradecer a Mark Blasius por levantar o argumento de que ficar do lado de fora da heteronormatividade é um pouco impróprio, pois como processo de normatização dominante, é uma prática de regulação na qual todos estamos envolvidos. No entanto, apesar dessa percepção, de vez em quando continuarei a usar esse fraseado para entender os limites de seu significado.

5. Veja Hennessy para uma discussão sobre análise de esquerda e os limites da teoria queer.

6. Para uma discussão perspicaz dos numerosos métodos usados para regular e controlar as escolhas sexuais e reprodutivas das mulheres, consulte Shende.

7. Veja Jones para uma articulação de diferenças entre as categorias de desestabilização e destruição de identidade.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jacqui. "Redrafting Morality: The Postcolonial State and the Sexual Offences Bill of Trinidad and Tobago." **Third World Women and the Politics of Feminism**. Ed. C. T. Mohanty, A. Russo, and L. Torres. Bloomington: Indiana UP, 1991. 133-52.

BERLANT, Lauren; FREEMAN, Elizabeth. -"Queer Nationality." Warner 193-229.

BERUBE, Allan. ESCOFFIER, Jeffrey. "Queer/Nation." **Out/Look: National Lesbian and Gay Quarterly** 11 (Winter 1991): 12-14.

BLASIOUS, Mark. **Gay and Lesbian Politics: Sexuality and The Emergence of a New Ethic**. Philadelphia: Temple UP, 1994.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**. New York: Routledge, 1990.



CARBY, Hazel. **Reconstructing Womanhood: The Emergence of the Afro-American Woman Novelist**. New York: Oxford UP, 1987.

CLARKE, Cheryl. "The Failure to Transform: Homophobia in the Black Community." Smith, Home Girls 197-208.

COHEN, Cathy J. "Contested Membership: Black Gay Identities and the Politics of AIDS." Queer Theory/Sociology. Ed. S. Seidman. Oxford: Blackwell, 1996. 362-94.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Sociology Empowerment**. New York: Harper, 1990.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. "The Combahee River Collective Statement." Smith, Home Girls 272-82.

CRENSHAW, Kimberle. "Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color." Stanford Law Review 43 (1991): 1241-99.

CRIMP, Douglas. "Right On, Girlfriend!" Warner 300-20.

DAVIS, Angela Y. **Women, Race and Class**. New York: Vintage, 1983.

DE LAURETIS, Teresa. "Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities." Differences 3.2 (Summer 1991): iii-xviii.

DUNLAP, David W. "Three Black Members Quit AIDS Organization Board." New York Times 11 Jan. 1996: B2.

DYSON, Michael Eric. **Between God and Gangsta Rap**. New York: Oxford UP, 1996.

EPSTEIN, Steven. "A Queer Encounter: Sociology and the Study of Sexuality." Sociological Theory 12 (1994): 188-202.

FARAJAJE-JONES, Elias. "Ain't I a Queer." Creating Change Conference, National Gay and Lesbian Task Force. Detroit, Michigan. 8-12 Nov. 1995.

FUSS, Diana, ed. **Inside/Outside**. New York: Routledge, 1991.

GAMSON, Joshua. "Must Identity Movements Self-destruct? A Queer Dilemma." Social Problems 42 (1995): 390-407.

GUTMAN, Herbert G. **The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925**. New York: Vintage, 1976.



HENNESSY, Rosemary. **"Queer Theory, Left Politics."** Rethinking MARXISM 7.3 (1994): 85-111.

HIGGINBOTHAM, A. Leon, Jr. **In the Matter of Color-Race and the American Legal Process: The Colonial Period.** New York: Oxford UP, 1978.

hooks, bell. **Feminist Theory: From Margin to Center.** Boston: South End, 1984.

INGRAHAM, Chrys. **"The Heterosexual Imaginary: Feminist Sociology and Theories of Gender."** Sociological Theory 12 (1994): 203-19.

JONES, Tamara. **"Inside the Kaleidoscope: How the Construction of Black Gay and Lesbian Identities Inform Political Strategies."** Unpublished, Yale University, 1995.

LORDE, Audre. **Sister Outsider: Essays and Speeches by Audre Lorde.** New York: The Crossing P, 1984.

MCINTOSH, Mary. "Queer Theory and the War of the Sexes." **Activating Theory: Lesbian, Gay, Bisexual Politics.** Ed. J. Bristow and A. R. Wilson. London: Lawrence and Wishart, 1993. 33-52.

MORAGA, Cherrie; ANZALDÚA, Gloria (ed). **This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color.** New York: Kitchen Table/Women of Color, 1981.

MORTON, Donald. **"The Politics of Queer Theory in the (Post) Modern Moment."** Genders 17 (Fall 1993): 121-45.

MOYNIHAN, Daniel Patrick. **The Negro Family: The Case for National Action.** Washington D.C.: Office of Policy Planning and Research, U.S. Department of Labor, 1965.

PHELAN, Shane. **Identity Politics: Lesbian Feminism and the Limits of Community.** Philadelphia: Temple UP, 1989.

PODOLSKY, Robin. **"Sacrificing Queer and Other 'Proletarian' Artifacts."** Radical America 25.1 (January 1991): 53-60.

QUEER NATION. **"I Hate Straights" manifesto.** New York, 1990.

QUEERS UNITED AGAINST STRAIGHT-ACTING HOMOSEXUALS. "Assimilation is Killing Us: Fight for a Queer United Front." **WHY I HATED THE MARCH ON WASHINGTON** (1993):4.



RANSBY, Barbara; MATTHEWS, Tracie. **"Black Popular Culture and the Transcendence of Patriarchal Illusions."** *Race & Class* 35.1 (July—September 1993): 57-70.

REAGON, Bernice Johnson. "Coalition Politics: Turning the Century." *Smith, Home Girls* 356-68.

REED, Adolph L., Jr. **"The 'Underclass' as Myth and Symbol: The Poverty of Discourse About Poverty."** *Radical America* 24.1 (January 1990): 21-40.

RICH, Adrienne. "Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence." **Powers of Desire: The Politics of Sexuality.** Ed. A. Snitow, C. Stansell and S. Thompson. New York: Monthly Review, 1983. 177-206.

SEDGWICK, Eve. **The Epistemology of the Closet.** Berkeley: U of California P, 1990.

SEIDMAN, Steven. **"Identity and Politics in a 'Postmodern' Gay Culture."** Warner 105-42.

SHENDE, Suzanne. "Fighting the Violence Against Our Sisters: Prosecution of Pregnant Women and the Coercive Use of Norplant." **Women Transforming Politics: An Alternative Reader.** Ed. C. Cohen, K. Jones, and J. Tronto. New York: New York UP, 1997 (forthcoming).

SMITH, Barbara. **"Queer Politics: Where's the Revolution?"** *The Nation* 257.1 (July 5, 1993):12-16.

\_\_\_\_\_(ed). **Home Girls: A Black Feminist Anthology.** New York: Kitchen Table/Women of Color, 1983.

SMITH, M. G. "Social Structure in the British Caribbean About 1820." **Social and Economic Studies** 1.4 (August 1953): 55-79.

"STATEMENT OF PURPOSE." **Dialogue on the Lesbian and Gay Left.** Duncan Conference Center in Del Ray Beach, Florida. 1-4. April 1993.

STEIN, Arlene; PLUMMER, Ken. "'I Can't Even Think Straight': 'Queer' Theory and the Missing Sexual Revolution in Sociology." **Sociological Theory** 12 (1994): 178-87.

VAID, Urvashi. **Virtual Equality: The Mainstreaming of Gay & Lesbian Liberation.** New York: Anchor, 1995.

WARNER, Michael (ed). **Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory.** Minneapolis: U of Minnesota P, 1993.

West, Cornel. *Race Matters.* Boston: Beacon, 1993.



WILSON, William Julius. **The Truly Disadvantaged: The Inner City, the Underclass, and Public Policy**. Chicago: U of Chicago P, 1987.

---

### Notas da tradutora:

<sup>i</sup>No original, “bulldaggers”. Termo pejorativo referente a lésbicas que não performam feminilidade. Este termo, surgido no seio das comunidades afroamericanas do início do século XX, ao longo do tempo adquiriu um caráter cada vez mais racista e lesbofóbico para referir-se a mulheres lésbicas que apresentam-se de forma dita mais masculina, ou mulheres lésbica assumidas.

<sup>ii</sup> Literalmente, “rainhas do bem-estar social”. Termo pejorativo referente a mulheres que supostamente recebem do Serviço de Bem-Estar Social (a Previdência Social estadunidense) dinheiro em excesso ou dele fazem mau uso, sobretudo mediante fraude, exposição de crianças a perigo ou manipulação. Este termo foi criado pela imprensa na década de 1960, tendo sido usado desde então como um rótulo que estigmatiza sobretudo mães solteiras negras.

<sup>iii</sup> Apesar deste texto ter sido escrito originalmente na década de 1990, esta tradutora optou por usar o neutro no plural, por entender que no presente o ativismo queer envolve não apenas gays e lésbicas cisgêneros, mas também pessoas transgêneras/ não-binárias de diferentes orientações sexuais.

<sup>iv</sup> No original, “queerness”.

<sup>v</sup> Organização LGBTQ fundada em março de 1990, por ativistas oriundos do grupo ACT UP, de atuação primária em torno da epidemia de HIV/AIDS. A motivação por trás da fundação do grupo foi a escalada da violência homofóbica nas ruas, bem como o preconceito nas artes e mídia. Por meio de táticas de ação direta e organizado de forma não hierárquica, o grupo tem por objetivo o combate à lgbtqfobia mediante a promoção da visibilidade gay, lésbica, bissexual e transgênera.

<sup>vi</sup> No original, “people of color”. Utilizei no texto tanto “pessoas não-brancas”, quanto “pessoas racializadas” para traduzir esta expressão, tendo em vista que, no inglês estadunidense, “people of color” refere-se não apenas a pessoas negras, mas a latinxs, asiáticxs, indígenas e outros povos racializados.

<sup>vii</sup> Nos Estados Unidos, os subúrbios são bairros de classe média ou média-alta.

<sup>viii</sup> No original, “straight queers”. Usei, como tradução, o termo “queers heteronormativxs” por se afigurar, em português, um termo que demonstra mais claramente o acesso de pessoas queer a um relativo espaço de poder e privilégio.

<sup>ix</sup> Log Cabin Republicans: organização que atua dentro do Partido Republicano estadunidense em defesa dos direitos civis LGBT.